

Mudança no mercado de crédito e a retomada da economia

A recuperação do setor de veículos e as vendas diretas de automóveis

Rio Grande do Sul cai duas posições em *ranking* de competitividade

Brasil cai oito posições em *ranking* sobre o ambiente de negócios

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Mudança no mercado de crédito e a retomada da economia

Desde o início do ano estamos chamando a atenção para um dos motivos da lenta recuperação da economia: existe uma transformação profunda em curso, relacionada com a estrutura de funcionamento da economia brasileira. A substituição de um modelo de elevada participação do Estado para um modelo mais liberal, com maior protagonismo do setor privado acontece pela falta de alternativas, já que o setor público brasileiro está quebrado. A dívida atingiu 80% do PIB, e mesmo com a Reforma da Previdência ela deve continuar aumentando nos próximos dois anos.

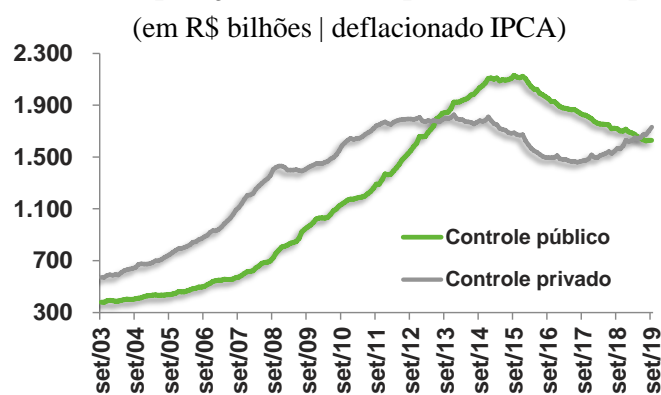
Temos um exemplo prático do impacto da mudança de modelo ao observar a evolução dos resultados da Pesquisa de Investimentos na Indústria, realizada pela UEE/FIERGS com os empresários gaúchos. Em 2013, 30% dos recursos para investimentos na indústria do RS vieram de bancos oficiais de desenvolvimento, em 2018 esse percentual foi de apenas 8,3%. Ou seja, houve uma queda importante da participação dos financiamentos com *funding* público nos investimentos realizados pelas indústrias do Estado. Ampliando a análise, o gráfico abaixo mostra a participação das concessões do crédito na economia brasileira por controle de capital. Observa-se que, após 2013, os bancos sob controle estatal tomaram o protagonismo na participação do crédito, mas a inflexão começou em 2015 com o agravamento da crise fiscal. No agregado, o País pode estar

carecendo da oferta de crédito de longo prazo com custo mais acessíveis.

Na falta de alternativas de medidas fiscais para impulsionar o crescimento, a política monetária será o principal expediente de estímulo que o Governo pode fornecer no curto prazo. A inflação consistentemente abaixo do centro da meta possibilita que o Banco Central continue reduzindo a taxa Selic.

Entretanto, a queda na taxa de juros tem dificuldade para chegar aos consumidores, e isso tem atrasado a recuperação. A agenda de medidas estruturais para desobstruir esse empocamento de crédito nas instituições privadas precisará avançar mais rapidamente para que 2020 não seja outro ano de frustração em termos de crescimento econômico.

Saldo das operações de crédito por controle de capital



Fonte: BCB.

A recuperação do setor de veículos e as vendas diretas de automóveis

A produção de veículos automotores tem desempenhado um papel importante para o desempenho da indústria brasileira nesse ano. Por se tratar de uma cadeia longa de agregação de valor, a atividade mobiliza muitas empresas de diferentes setores. A fabricação de veículos no país cresceu 2,1% no acumulado de janeiro a agosto em comparação com o mesmo período de 2018, ao passo que a indústria de transformação retraiu 0,4% no País. No RS, essa influência foi maior, a produção de veículos cresceu 25,8% no mesmo período, sendo determinante para o avanço de 4,9% da indústria.

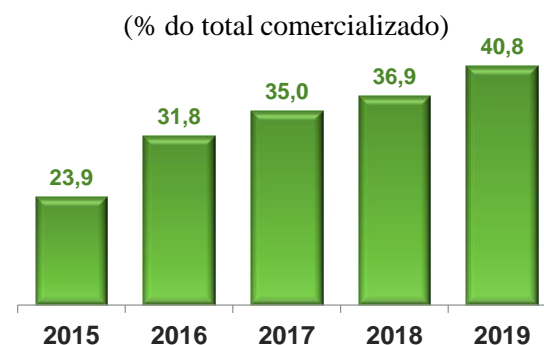
Alguns fatores ajudam a explicar esse crescimento no RS. O primeiro deles é a maior participação da fabricação de carrocerias para ônibus e caminhões em relação ao resto do País. Restringindo-se apenas o caso de automóveis, os produtos fabricados no RS têm atendido à crescente demanda de locadoras das veículos, as quais atendem tanto empresas que optam pela terceirização de frotas, quanto motoristas que trabalham para aplicativos de mobilidade.

Conforme o gráfico abaixo, vemos a crescente participação das vendas diretas no total comercializado de automóveis no País. As vendas diretas atendem principalmente empresas e locadoras de veículos, que

além da locação também têm buscado competir no mercado de seminovos, o que possibilita uma maior rotatividade dos veículos em sua frota.

A perspectiva é que essas taxas de crescimento desacelerem ao longo dos próximos meses, pois a base de comparação está menos favorável e o mercado de trabalho tende a apresentar leve melhora. Entretanto, o aumento do consumo pode surpreender, principalmente em 2020, caso as taxas de juros para financiamento fiquem mais atrativas. Ainda do ponto de vista dos riscos para o setor, a crise econômica na Argentina continuará sendo um ponto de preocupação nos próximos meses.

Participação de venda direta de automóveis



Fonte: FENABRAVE.

Rio Grande do Sul cai duas posições em *ranking* de competitividade

Recentemente, o Centro de Liderança Pública (CLP) divulgou o *Ranking* de Competitividade dos Estados de 2019. Segundo o estudo, o Rio Grande do Sul foi classificado como o 7º mais competitivo entre as 27 unidades federativas (UF), caindo duas posições em relação ao ano anterior, para o Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, respectivamente.

Entre 10 pilares analisados, apenas o Potencial de mercado do RS (15º) apresentou melhora significativa quando comparado à última divulgação: subiu 10 posições por conta da reação positiva da economia em 2018. Porém, o que chama atenção é o desempenho ruim nos demais pilares, destacando-se a Solidez fiscal (27º) e Infraestrutura (18º), quedas de 2 e 4 posições no *ranking*, respectivamente. Os indicadores que compõem ambos os pilares podem ser observadas no Gráfico ao lado. A interpretação é simples: quanto mais próxima da borda externa estiver do valor de cada indicador, que varia de 0 a 100, melhor a situação do respectivo pilar.

O levantamento sobre Infraestrutura mostra que o saneamento básico do RS é o mais caro entre as 27 UF's (R\$/m³ 6,05), diferença de R\$/m³ 2,42 em relação a média brasileira. Ainda, os indicadores de custo de energia – combustíveis e eletricidade – situam-se na 19ª colocação, refletindo essencialmente os preços mais elevados dos combustíveis (R\$/L 3,95) e da tarifa média de eletricidade (R\$/MWh 752,03) em relação a média nacional (R\$/L 3,80 e R\$/MWh 704,36), sendo que a qualidade do serviço de energia elétrica é apenas

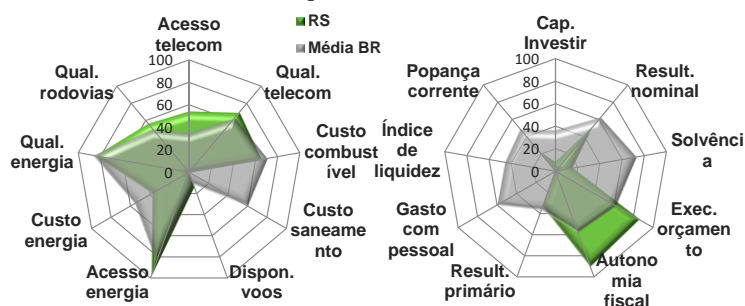
a 20ª no *ranking*. Particularmente, isso é ruim para a indústria, pois as empresas do RS arcam com custos maiores em relação aos estados mais industrializados.

Por sua vez, a fragilidade da situação fiscal do RS fica evidente na avaliação do pilar de Solidez fiscal, sendo a pior classificação entre as UF's. Enquanto o indicador de Solvência fiscal (26º) mostra a negligência do encaminhamento de uma solução estrutural das finanças estaduais, Gastos com pessoal (27º) retratam a má alocação de recursos, que vem comprometendo o investimento público do RS nas últimas décadas.

A boa notícia é que esse quadro pode melhorar nos próximos anos. A proposta de reestruturação de carreiras e da previdência de servidores civis, militares e magistério, e a aprovação da privatização de estatais, concessões e PPP's em infraestrutura são os primeiros passos para tornar o Rio Grande do Sul mais competitivo a nível nacional.

Ranking de Competitividade dos Estados - RS

(Infraestrutura à esquerda | Solidez fiscal à direita)



Fonte: Centro de Liderança Pública. Elaboração:UEE/FIERGS.

Brasil cai oito posições em *ranking* sobre o ambiente de negócios

O Brasil ficou um pouco mais longe da meta do atual Governo de tornar o País uma das 50 melhores economias para se realizar negócios, é o que aponta a 17ª edição do *Doing Business*, elaborado pelo Banco Mundial. O estudo classificou o Brasil em 124ª, perda de 8 posições em relação à última edição, que conta com um total de 190 países.

Apesar da piora no *ranking*, houve um acréscimo de 0,5 ponto no escore do indicador de facilidade de fazer negócios (DB), passando de 58,6 pontos em 2018, para 59,1 pontos em 2019. De acordo com o levantamento, a razão pela qual ocorreu essa melhora absoluta foi pelo reconhecimento do progresso do País na facilitação de novos negócios, por meio da maior agilidade no registro de empresas e pela diminuição dos custos de obtenção dos certificados digitais, bem como a melhora no registro de propriedades, através da introdução de um sistema online de pagamentos. Contudo, a velocidade e a capacidade de realização tem sido morosa em relação aos demais países, que avançaram com mais celeridade no último ano, justificando a queda relativa do Brasil no *ranking*.

Um dado preocupante é a estimativa de que um empresário brasileiro gasta, em média, 1.501 horas por ano para preparar o pagamento de impostos, muito

acima do observado entre os países da América Latina (317 horas) e dos países de renda elevada da OCDE (159 horas), ocupando a última posição (190ª) na avaliação deste item.

Cabe ressaltar que muitas dessas estatísticas foram coletadas no início de 2019, quando os resultados disponíveis ainda correspondiam ao ano anterior. Dessa forma, as medidas implementadas pela atual gestão e que tomaram efeito no decorrer de 2019, como a Lei de Liberdade Econômica, cadastro positivo e a nova modalidade de financiamento do crédito imobiliário ainda não foram abrangidas pelo Relatório. Essas medidas devem fomentar a abertura de novas empresas, principalmente em atividades de baixo risco, e a queda do custo do crédito, mas ainda assim não são capazes de colocar a economia brasileira no mesmo patamar das melhores práticas de negócios adotadas pelo mundo.

O Brasil tem endereçado medidas interessantes, mas, na agenda de competitividade, a prioridade ainda é uma profunda reforma tributária. Um sistema mais simples, neutro, com alíquotas isonômicas e taxaço progressiva poderá produzir ganhos de eficiência para a economia. A aprovação de uma reforma abrangente traria uma melhora significativa para o ambiente de negócios brasileiro.